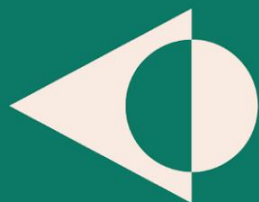


SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Soberania alimentar,  
democracia e  
direitos



gabinete  
**paralelo**  
SP

## ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
INTRODUÇÃO	4
1. Aprimoramento das políticas emergenciais relacionadas à pandemia de COVID-19	4
1.1 Agricultura urbana e periurbana	5
1.2 Agroecologia e produção orgânica	5
1.3 Política de abastecimento	5
1.4 Alimentação escolar	6
1.5 Valorização da participação social	6
2. As feiras livres conforme dados de julho de 2020	7
2.1 Quantidade de alimentos comercializados como Frutas, legumes, verduras e carnes.	9
2.2 Alimentos desprezados	7
2.3 Dados sobre os preços praticados nas feiras	8
2.4 Serviços disponibilizados nestes equipamentos	8
2.5 Limpeza	8
2.6 Feiras e jardins sustentáveis	8
Equipe Técnica	10

## SUMÁRIO EXECUTIVO

- A pandemia da COVID-19 agravou o acesso à alimentação adequada e saudável de muitas famílias na cidade de São Paulo;
- Alcançar segurança alimentar e nutricional em São Paulo necessita da articulação de diversas áreas da gestão pública municipal;
- É imprescindível tratar a questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na cidade dentro do contexto emergencial imposto pela pandemia da COVID19;
- Atenção a agricultura urbana e periurbana, fomentar agroecologia e produção orgânica; consolidar a política de abastecimento; aprimorar alimentação escolar e valorizar a participação social são algumas das medidas necessárias;
- As feiras livres são equipamentos fundamentais na promoção da alimentação adequada e saudável. É necessário que se recolha dados sobre seu funcionamento para que seja possível desenvolver políticas para seu fortalecimento.

## INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 evidenciou que o acesso à alimentação está diretamente atrelado às condições socioeconômicas, sendo a fome uma das expressões mais cruéis da desigualdade em São Paulo. A pandemia aprofundou e radicalizou as crises social e econômica. Com isso, mais da metade da população encontra-se em situação de insegurança alimentar. As mulheres trabalhadoras têm que se arriscar ao contágio em ônibus com frotas reduzidas, superlotados, e ainda não ter a segurança de que terão renda suficiente para trazer comida para casa.

Trata-se de uma triste tendência internacional, que ganha contornos ainda piores no contexto brasileiro. O elevado índice de desemprego decorrente do ajuste fiscal implementado pela gestão federal associado ao fim do auxílio emergencial, à alta no preço dos alimentos e a problemas crônicos de falta de políticas públicas de acesso aos direitos básicos resultam em um cenário ainda mais complexo no que tange a segurança alimentar.

Considerando que o direito à alimentação adequada está garantido na Constituição, cabendo ao Estado prover condições para sua execução, fica evidente a situação de injustiça social vivida por grande parte das pessoas na cidade mais rica da América Latina.

Alcançar segurança alimentar e nutricional em São Paulo necessita da articulação de diversas áreas da gestão pública municipal: saúde, educação, assistência social, direitos humanos, agricultura, meio ambiente, cultura, desenvolvimento urbano e econômico, tudo em um amplo contexto de democratização do acesso à cidade.

### 1. Aprimoramento das políticas emergenciais relacionadas à pandemia de COVID-19

É imprescindível tratar a questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na cidade dentro do contexto emergencial imposto pela pandemia de Covid-19. As estratégias pensadas pela atual gestão municipal de Bruno Covas precisam ser revisitadas à luz do cenário drástico que se coloca a partir de 2021 com a elevação considerável de casos e mortes pela doença, o surgimento de novas variantes do Coronavírus, o aumento no índice de desemprego e medidas de isolamento social.

Se olharmos para o que já foi feito no que tange à garantia de acesso à alimentação adequada e saudável, veremos que o auxílio municipal atualmente vigente e as estratégias de garantia de acesso à alimentação não respondem à demanda apresentada pela crise. Ante a tragédia anunciada, apresentamos propostas que quebram com a lógica de mercado reproduzida na cidade para responder os problemas citados anteriormente.

### 1.1 Agricultura urbana e periurbana

É essencial o fomento à agricultura urbana e periurbana, promovendo assistência técnica de base agroecológica e camponesa: o fortalecimento e ampliação da ocupação de espaços públicos e privados e provimento de recursos, estrutura e capacitação para hortas comunitárias é essencial para democratizar o alimento saudável. Produzir o alimento dentro do perímetro urbano significa tê-lo à mão, minimizando processos logísticos com alto custo ambiental e financeiro. Além disso, assegura o uso adequado do espaço urbano e torna a cidade mais justa e acessível, gerando e fortalecendo um conjunto de atividades econômicas.

### 1.2 Agroecologia e produção orgânica

Importante o fortalecimento da transição agroecológica e promoção do acesso à água potável e de qualidade: a matriz produtiva do alimento que circula dentro na cidade é grande responsável pela promoção da saúde e da conservação ambiental, contribuindo para a redução das doenças crônicas não transmissíveis. Desta forma, deve-se propiciar estratégias que fortaleçam o Protocolo de Transição Agroecológica para a agricultura local, promovendo assistência técnica às famílias que intentam tal processo. A comercialização desses produtos deve-se articular com o fomento da comercialização popular e das práticas de economia solidária.

### 1.3 Política de abastecimento

Urge a necessidade de consolidação de uma política municipal de abastecimento popular e combate ao desperdício, resgatando a função social e cultural dos equipamentos públicos de alimentação e agricultura como feiras livres e de economia solidária, mercados públicos e sacolões, bancos de alimentos e sementes, entre outros: investir na ampliação e descentralização desses espaços para atender áreas deficitárias, bem como garantir uma política de comércio justo e solidário, além da oferta de mudas e sementes

para plantio urbano. Fortalecer os circuitos curtos de comercialização de alimentos é parte essencial da construção de uma política estruturada de SAN, tendo como base as feiras de rua e mercados municipais, que devem dar espaço à comercialização diretamente da agricultora e do agricultor familiar. Dessa forma, é possível aproximar produtores e consumidores – cadeia de consumo – e tornar custo mais acessível. A economia solidária deve ser fomentada, por meio de apoio técnico aos empreendimentos, grupos de consumo responsável e crédito solidário.

#### 1.4 Alimentação escolar

É necessário aprimorar as políticas de inserção de alimentos da agricultura familiar e agroecológica na alimentação escolar, ampliando para a rede de equipamentos públicos socioassistenciais e de saúde: o programa municipal de alimentação escolar da cidade de São Paulo é um dos maiores e mais universais de todo o mundo. Mais de 2,5 milhões de refeições são oferecidas diariamente a cerca de 1 milhão de estudantes, de todas as faixas etárias, em mais de 3.500 escolas. A taxa de terceirização da alimentação nas escolas públicas municipais, que chega a 51%, põe em risco políticas públicas já constituídas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, considerando que não se pode utilizar essa verba na rede terceirizada. Rever essa tendência e fortalecer a aquisição de alimentos produzidos localmente, de maneira agroecológica e da agricultura familiar, aliado ao processo educativo de criação de consciência da necessidade de construir sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, significa fortalecer a temática de segurança alimentar e nutricional junto à comunidade escolar como um todo.

#### 1.5 Valorização da participação social

Atualmente a cidade de São Paulo conta com uma rede estruturada de conselhos, comissões e outros espaços de discussão da temática de SAN. Entretanto, ao longo da última gestão municipal, tais instâncias foram desarticuladas e perderam força institucional e escuta, prejudicando o acesso à cidade. A valorização desses conselhos, e a rearticulação de redes empenhadas nesta temática, contribui para colocar o tema no centro da discussão política por uma cidade mais justa e acessível. Faz-se necessário implementar os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), ao qual o município aderiu em 2013, bem como atualizar e implementar o Plano

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, articulando-o com o de Desenvolvimento Rural sustentável e solidário e todos os que tenham interface.

## 2. As feiras livres

As feiras livres são equipamentos essenciais para permitir maior acesso ao alimento in natura nas diferentes regiões da cidade, sendo, muitas vezes, o único local de compra desses alimentos nas periferias. Entendemos que a conservação e aprimoramento desse equipamento é fundamental para a atuação da prefeitura na promoção da alimentação adequada e saudável. Assim, escolhemos como ponto focal para o primeiro relatório observar como a prefeitura recolhe informações e atua nas feiras livres das cidades a partir dos dados disponíveis de julho de 2020 junto à Secretarias das Subprefeituras.

Existem 922 feiras na cidade de São Paulo, 8 são orgânicas. Os produtos de comércio da feira orgânica são distintos e devem ser certificados por organismo reconhecido oficialmente. As feiras livres ocorrem na cidade com distintos formatos sendo a mais antiga em funcionamento inaugurada em 1915.

### 2.1 Quantidade de alimentos comercializados como Frutas, legumes, verduras e carne.

A Supervisão de Feiras Livres não possui quantitativo sobre alimentos comercializados nas feiras livres. Conforme informações da pasta, fica proibido ao permissionário a comercialização/manutenção de carnes in natura, apenas carnes-secas, embutidos ou industrializadas. Obter dados sobre quantidade de alimentos distribuídos é condição essencial para aprimoramento e direcionamento de políticas públicas específicas.

### 2.2 Quantos alimentos são desprezados nas feiras livres

A Supervisão de Feiras Livres não possui quantitativo sobre quilos de alimentos desprezados ou desperdiçados em seus equipamentos de abastecimento como as feiras livres. Isso é dramático, pois dificulta qualquer política pública de abastecimento e de combate ao desperdício nesses equipamentos.

### 2.3 Dados sobre os preços praticados nas feiras.

A Prefeitura não possui estudos sobre preços praticados nas feiras livres da cidade de São Paulo. Mais uma vez isso sinaliza a ausência de uma Política Municipal de Abastecimento, que possa regular estoque e preço dos alimentos e assim permitir mais e melhor acesso a alimentos saudáveis e de forma sustentável entre a população em vulnerabilidade social.

### 2.4 Serviços disponibilizados nestes equipamentos.

O Decreto nº 48.172, de 6 de março de 2007, estabelece que as feiras livres são equipamentos administrados pela cidade com função de suplementar o abastecimento da região em que operam, por meio da comercialização de gêneros alimentícios no varejo. Essa visão precisa ser aperfeiçoada para garantir uma rede popular de abastecimento, e restituir a função social destes equipamentos. Além disso, é necessário pensar as feiras como espaços de integração das políticas e serviços podendo, por exemplo, desenvolver ações de Educação Alimentar e Nutricional, e orientações em Direitos.

### 2.5 Limpeza

As feiras livres ainda geram muitos resíduos. São utilizados, por mês, cerca de 21.818.4 litros de água de reuso para a lavagem das vias que recebem as feiras livres da cidade. Aproximadamente 60.297 mil litros de desinfetante são utilizados por mês. Após as feiras, ocorre a varrição da via, ensacamento dos resíduos, coleta dos resíduos ensacados e a lavagem da via.

### 2.6 Feiras e jardins sustentáveis

Em 2019 a cidade iniciou o projeto de compostagem "Feiras e Jardins Sustentáveis", gerido pela AMLURB. As equipes de educação ambiental das empresas de varrição fazem o trabalho de orientação com os feirantes participantes. Os permissionários são orientados a deixarem os restos de frutas, verduras e legumes dispostos em sacos da Prefeitura. Os agentes de limpeza recolhem esse material no final das feiras e os encaminha para os pátios de compostagem.



Os resíduos são misturados com restos de poda de árvore picada e palha, e são dispostos em canteiros onde acontece o processo de compostagem, em torno de 120 dias. Esse material é transformado em composto orgânico e distribuído gratuitamente à população.

A cidade conta com apenas cinco pátios de compostagem localizados em Ermelino Matarazzo, Lapa, Mooca, São Mateus e Sé. As unidades possuem capacidade de receber até três mil toneladas de resíduos por ano e processamento de até 600 toneladas de composto.

## **Gabinete Paralelo**

Guilherme Boulos

## **Coordenação**

Camila de Caso

Marina Mattar

Marco Antônio Rocha

## **Equipe Técnica**

Adriana Salay

André Luzzi

Fabiana Sanches

Luiz Bambini

Patrícia Marra Sepe

Susana Prizendt

Vera Villela